



Handwritten signature in blue ink.

MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

ATA N.º 10

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO, REALIZADA AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Olhão, edifício sede do Município e sala de reuniões, onde se encontrava o Excelentíssimo Senhor António Miguel Ventura Pina, Presidente da Câmara Municipal, comigo, Pedro Miguel Grilo Pinheiro, servindo de Secretário desta reunião, compareceram os Excelentíssimos Senhores Vereadores, Carlos Alberto da Conceição Martins, Maria Gracinda Gonçalves Rendeiro, António Humberto Camacho dos Santos, Elsa Maria da Silva Nunes Parreira, Luciano Neves de Jesus e Daniel Nobre Santana, a fim de se realizar a reunião ordinária pública.-----

ABERTURA DA REUNIÃO: Verificada a existência de quórum, pelas nove horas e trinta minutos o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Foi lida, aprovada por unanimidade e assinada a ata da reunião anterior, que já havia merecido a aprovação em minuta no final da mesma reunião, nos termos do número três do artigo cinquenta e sete da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: A Câmara tomou conhecimento dos saldos correspondentes ao dia seis de abril, nos montantes de seis milhões, cento e quarenta e seis mil, seiscentos e catorze euros e oitenta e sete centimos (Operações Orçamentais) e cem mil, centos e oitenta e nove euros e oitenta e três centimos (Operações de Tesouraria).-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Usaram da palavra os Seguintes Cidadãos: -----

Gentil Marado: -----

- Congratulou a Câmara Municipal pelo trabalho que tem contribuído para o desenvolvimento da cidade. Procurou saber se a colocação de um PT por parte da EDP junto ao Loteamento de São Miguel tinha algum procedimento a correr no Município. --

Ruben Forra: -----



MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

- Indagou sobre o atraso na conclusão de um pedido de aquisição de um lote de terreno, na zona industrial, contíguo ao da empresa RECIALGARVE, da qual é representante, pois a aquisição desse lote por parte da sua empresa permitiria aumentar a área disponível de funcionamento, o que tal como já indicado pela CCDR, é indispensável para uma empresa de gestão de resíduos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Usaram da palavra os Excelentíssimos Senhores Vereadores: -----

Vereador Luciano de Jesus, eleito pelo PSD: -----

- Manifestou a urgência na intervenção, ainda que por parte do Município, apesar da responsabilidade ser das Infraestruturas de Portugal, no troço junto à rotunda existente à saída de Olhão em direção a VRSA, pois o pavimento está tão degradado que já provocou acidentes, ainda que de pouca gravidade. -----

Vereador Daniel Santana, eleito pelo PSD: -----

- Considerou de extrema importância a sinalização e segurança nas ruas e estradas do Município, nomeadamente junto às Escolas, com melhor sinalização nas ruas e parques limítrofes, permitindo garantir uma melhor organização do trânsito e uma mais cuidada segurança das crianças que frequentam essas escolas, nomeadamente a Escola de Pechão ou a Escola Paula Nogueira.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

DELIBERAÇÕES-----

PROPOSTA NÚMERO SESSENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E DEZOITO – DOAÇÃO AOS BOMBEIROS MUNICIPAIS – PROCESSO NUMERO QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE BARRA DEZASETE PONTO OGAOLH - MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO - Presente uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, referente ao assunto em título, cuja cópia se encontra em anexo à minuta da presente ata. Deliberado por unanimidade dos votos aprovar a presente proposta.-----

PROPOSTA NÚMERO SESSENTA E SEIS BARRA DOIS MIL E DEZOITO – DOAÇÃO AO CANIL – GRUPO SONAE – MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO – Presente uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, referente ao assunto em título, cuja cópia se encontra em anexo à minuta da presente ata. Deliberado por unanimidade dos votos aprovar a presente proposta.-----

PROPOSTA NÚMERO SESSENTA E SETE BARRA DOIS MIL E DEZOITO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE EMISSÃO DE LICENÇA DE RUÍDO – ASSOCIAÇÃO GRUPO MOTARD DA RESTAURAÇÃO – EVENTO A REALIZAR NOS DIAS DOZE E TREZE DE MAIO NO SITIO DA QUEIJEIRA – Presente uma proposta subscrita pelo senhor Vereador António Camacho, referente ao



MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

assunto em título, cuja cópia se encontra em anexo à minuta da presente ata. Deliberado por unanimidade dos votos aprovar os diversos pontos da presente proposta.-----

PROPOSTA NÚMERO SESSENTA E OITO BARRA DOIS MIL E DEZOITO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO E INSTITUIÇÃO EM CONCRETO DO CORPO DE POLICIA MUNICIPAL E RESPECTIVO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE POLICIA MUNICIPAL DE OLHÃO - Presente uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, referente ao assunto em título, cuja cópia se encontra em anexo à minuta da presente ata. Deliberado por unanimidade dos votos aprovar os diversos pontos da presente proposta.-----

AMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE – FIXAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICIPIOS PARA A AMAL – PROPOSTA NUMERO CINQUENTA BARRA CI BARRA DOIS MIL E DEZASSETE - Presente um ofício da entidade em título, informando e solicitando a entrega da contribuição financeira do Município de Olhão, cujo valor mensal é de dois mil cento e setenta e cinco euros. Encontra-se cópia do processo em anexo à minuta da presente ata. Deliberado por unanimidade dos votos aprovar a presente proposta.-----

PROPOSTA NÚMERO SETENTA E SETE BARRA DOIS MIL E DEZOITO – CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO - Presente uma proposta subscrita pelo senhor Presidente, referente ao assunto em título, cuja cópia se encontra em anexo à minuta da presente ata. Deliberado por unanimidade dos votos incluir a presente matéria na Ordem do Dia. Deliberado por unanimidade dos votos convocar a reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Olhão para a discussão dos pontos previstos na presente proposta., tendo sido igualmente deliberado por unanimidade, aprovar a presente decisão em minuta, nos termos do número três e para os efeitos previstos no número quatro, ambos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, pelas dez horas e quinze minutos, declarou encerrada a reunião, sendo a presente minuta aprovada e assinada nos termos do número quatro do artigo cinquenta e sete da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro.-----

O PRESIDENTE

O SECRETÁRIO

Proposta n.º 65/2018

Doação – Março de 2018

Considerando que:

- 1 – os bombeiros municipais recebem doações/entregas de terceiros provenientes de imposições judiciais;
- 2 – a doação/entrega depende de deliberação da Câmara Municipal tomada ao abrigo do disposto na alínea h) do art. 64º da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;

Tenho a honra de propor à Exa. Câmara que delibere sobre:

- A aceitação dos valores listados no anexo 1 depositados na Conta n.º

0007 0214 0007 7570 0097 1

Olhão, 27 de Março de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

António Miguel Ventura Pina

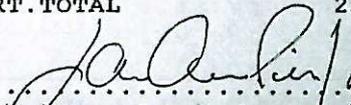
NOVO BANCO⁴

MUNICIPIO OLHAO
457/17.0GAOLH BV OLH

DATA: 23/03/18
ORIGEM: CONDE BARAO
N.CONTA 2140 7757 0009

DEPOSITO DE NUMERARIO/VALORES EM EUR

TOT. NUMERARIO	250,00
TOTAL EM VALORES EURO	
CHEQUES NB	0,00
CHEQUES OIC	0,00
IMPORT. TOTAL	250,00

ASS: 
Em caso de cheque, o Depósito torna-se efetivo
apos conferencia e boa cobranca do mesmo

Em caso de cheque o depósito só se torna efetivo após a confirmação do mesmo.

80003 001 0027 825851 23/03/18 12:42:46 DEP #
0027 1

NOVO BANCO S.A. com sede na Av. da Liberdade, nº 195, 1250-142 Lisboa, com o número único 513.204.016 de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €4.900.000.000,00
DIV 74872 Mod. 1054 - 2017/09

Anexos:

PastedGraphic-1.tiff

0 bytes

Proposta nº 66/2018

1. Considerando que os serviços veterinários municipais aceitam doações de géneros alimentícios, materiais de higiene e de enriquecimento ambiental, de modo a ajudar a promover as condições de bem-estar animal aos canídeos e felinos alojados no canil municipal;
2. A doação depende de deliberação da Câmara Municipal tomada ao abrigo do disposto na alínea h) do art. 64º da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;

Tenho a honra de propor à Exa. Câmara que delibere sobre:

- A aceitação dos bens listados em anexo, uma vez que contribuem para a promoção do bem-estar animal.

Olhão, 10 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal



(António Miguel Ventura Pina)

Anexo: listagem dos géneros cedidos pela Sonae ao Canil Municipal de Olhão durante o mês de Março de 2018

Cliente
Customer
CANIL MUNI.DE OLHÃO
Largo Sebastião Martins Mestre
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Local de Carga 2018-03-19 12:02 Local de Descarga Data de Descarga
Loading From Loading Time Unloading Address Unloading Date
S252 - MDL Olhao Estrada Nacional 125 Largo Sebastião Martins Mestre
Sítio do Belmonte 8700-000 OLHÃO PT - Portugal 8700-000 OLHÃO PT - Portugal

NIF do Cliente Data Document
Customer Fiscal ID Document Date
PT 506321894 19-03-2018

5yxw-Processado por programa certificado nº1850/AT
Número de Documento
Document Number
Guia de Transporte VGT 252/1431
Bill of Lading

Duplicado
Duplicate
Página
Page
1

Artigo Item	Descrição Description	Quantidade Quantity	EUR		Base Trib. Before Tax	Taxa Rate	IVA VAT Valor Value	Total Total
			Preço Unit. Unit Price	Desconto Discount				
2934856	ABSORVENTE P/GATO 5KG/8L É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2934856	ABSORVENTE P/GATO 5KG/8L É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2966479	SNACK P/GATO ANTI HAIRBALL 60G WHISKAS	7 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
3887664	AL SECO P/CAO 4KG É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4661092	SNACK PELE E PELO SAU DAVEL 50G WHISKAS	2 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6040363	AL SECO P/CAO CONTINENTE CROQUETES 4KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6096611	AL SECO P/GATO CONTINENTE FRANGO 2KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6303167	AL SECO CAO ONE AD MED/MAX VACA 2.5KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6304546	ABS P/ GATO CITY CAT SILICA GEL 3,8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00

Outras Informações do Documento
Other Document Information
Relativo ao documento SND 252/1263
Related Document
Refª Externa 704
External Reference
Código Autorização AT 6290555697
AT Auth Code
Viatura
Vehicle
Recepção
Reception
Transferência 704 Expedição
Transfer Shipment

Detalhe do IVA
VAT Detail
Base Trib. Taxa Valor
Before Tax Rate Value
0.00 23 0.00

Totais do Documento
Document Total
Total Desconto
Discount Total
Base Tributável
Before Tax
Total do IVA
VAT Total
Total do Documento
Total
EUR
0.00
0.00
0.00
0.00

01-HI-84

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE:

CANIL MUNI.DE OLHÃO, declara que recebeu da MODELO CONT.HIPERM., SA, no âmbito da sua responsabilidade social, os produtos constantes da presente Guia de Transporte.

Caso esteja em causa a doação de produtos para utilização geral - assinalar a alínea A).
Caso esteja em causa a doação de produtos para utilização por animais - assinalar a alínea B).

- A) Mais declara que os produtos, incluídos na(s) Guia(s) de Transporte supra referida(s), cumprem todos os requisitos legais, não colocando em causa a segurança geral nem a saúde dos consumidores, encontrando-se em perfeitas condições de serem utilizados, nomeadamente, dentro do seu período de validade e cumprindo todos os requisitos de rotulagem.
- B) Mais declara que os produtos, incluídos na(s) Guia(s) de Transporte supra referidas(s), após análise de Perito, não estão avariados nem são suscetíveis de constituir um perigo para a saúde pública, e que, embora não tendo como destino final o consumo humano, são adequados ao consumo/utilização dos animais a que esta Entidade dá apoio.

Para cumprimento da obrigação acessória da entidade beneficiária, declara-se que o valor doado constante nesta guia ascende a 26.09 EUR.

Assinado em sinal de conformidade:

(O Representante de CANIL MUNI.DE OLHÃO)

19.03.18

Cliente
Customer
CANIL MUNI.DE OLHÃO
Largo Sebastião Martins Mestre
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Local de Carga
Loading From
S252 - MDL Olhao
Estrada Nacional 125
Sítio do Belmonte
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Hora de Carga
Loading Time
2018-03-19 12:02

Local de Descarga
Unloading Address
Largo Sebastião Martins Mestre
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Data de Descarga
Unloading Date
2018-03-19

NIF do Cliente
Customer Fiscal ID
PT 506321894

Data Document
Document Date
19-03-2018

Syxx-Processado por programa certificado nº1850/AT
Número de Documento
Document Number
VGT 252/1431

Original
Original
Página
Page
1

Artigo Item	Descrição Description	Quantidade Quantity	EUR		Base Trib. Before Tax	Taxa Rate	IVA VAT Valor Value	Total Total
			Preço Unit. Unit Price	Desconto Discount				
2934856	ABSORVENTE P/GATO 5KG/8L É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2934856	ABSORVENTE P/GATO 5KG/8L É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2966479	SNACK P/GATO ANTI HAIRBALL 60G WHISKAS	7 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
3887664	AL SECO P/CAO 4KG É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4661092	SNACK PELE E PELO SAUDEL 50G WHISKAS	2 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6040363	AL SECO P/CAO CONTINENTE CROQUETES 4KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6096611	AL SECO P/GATO CONTINENTE FRANGO 2KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6303167	AL SECO CAO ONE AD MED/MAX VACA 2.5KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6304546	ABS P/ GATO CITY CAT SILICA GEL 3,8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00

Outras Informações do Documento
Other Document Information
Relativo ao documento
Related Document
SND 252/1263
Refª Externa
External Reference
704
Código Autorização AT
AT Auth Code
6290555697
Viatura
Vehicle
Recepção
Reception
Transferência
Transfer
704

Detalhe do IVA
VAT Detail
Base Trib.
Before Tax
0.00
Taxa
Rate
23
Valor
Value
0.00

Totais do Documento
Document Total
Total Desconto
Discount Total
0.00
Base Tributável
Before Tax
0.00
Total do IVA
VAT Total
0.00
Total do Documento
Total
0.00

01-HI-04

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE:

CANIL MUNI.DE OLHÃO, declara que recebeu da MODELO CONT.HIPERM., SA, no âmbito da sua responsabilidade social, os produtos constantes da presente Guia de Transporte.

Caso esteja em causa a doação de produtos para utilização geral - assinalar a alínea A).
Caso esteja em causa a doação de produtos para utilização por animais - assinalar a alínea B).

A) Mals declara que os produtos, incluídos na(s) Guia(s) de Transporte supra referida(s), cumprem todos os requisitos legais, não colocando em causa a segurança geral nem a saúde dos consumidores, encontrando-se em perfeitas condições de serem utilizados, nomeadamente, dentro do seu período de validade e cumprindo todos os requisitos de rotulagem.
B) Mals declara que os produtos, incluídos na(s) Guia(s) de Transporte supra referidas(s), após análise de Perito, não estão avariados nem são suscetíveis de constituir um perigo para a saúde pública, e que, embora não tendo como destino final o consumo humano, são adequados ao consumo/utilização dos animais a que esta Entidade dá apoio.

Para cumprimento da obrigação acessória da entidade beneficiária, declara-se que o valor doado constante nesta guia ascende a 26.09 EUR.

Assinado em sinal de conformidade:

(O Representante do CANIL MUNI.DE OLHÃO)

19 03, 18

Cliente
Customer
CANIL MUNI.DE OLHÃO
Largo Sebastião Martins Mestre
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Local de Carga
Loading From
S252 - MDL Olhao
Estrada Nacional 125
Sítio do Belmonte
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Hora de Carga
Loading Time
2018-03-02 16:48

Local de Descarga
Unloading Address
Largo Sebastião Martins Mestre
8700-000 OLHÃO
PT - Portugal

Data de Descarga
Unloading Date
2018-03-02

NIF do Cliente
Customer Fiscal ID
PT 506321894

Data Document
Document Date
02-03-2018

0Vbd-Processado por programa certificado nº1850/AT
Número de Documento
Document Number

Duplicado
Duplicate

Página
Page
1

Guia de Transporte : VGT 252/1416
Bill of Lading :

Artigo Item	Descrição Description	Quantidade Quantity	EUR Preço Unit. Unit Price	Desconto Discount	Base Trib. Before Tax	IVA VAT		Total Total
						Taxa Rate	Valor Value	
2219065	AL HUM GATO CNT PATE PEDACO AVES 400G	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2564007	SNACK P/CAO PEDIGREE BISCROK 500G OF 30%	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2630169	AL HUM P/CAO MINI MENU PERU 150G FRISKIE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2721273	AL HUM P/GATO ATUM/SALMAO 85G CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2934856	ABSORVENTE P/GATO 5KG/8L É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2934895	ABSORVENTE P/GATO 10KG/16L É CONTINENTE	2 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2934895	ABSORVENTE P/GATO 10KG/16L É CONTINENTE	6 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2934895	ABSORVENTE P/GATO 10KG/16L É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
2966479	SNACK P/GATO ANTI HAIRBALL 60G WHISKAS	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
3031697	AL SECO P/GATO PEIXE 2KG É CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
3726727	AL SECO P/CAC COMP ACTIVE 4KG FRISKIES	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
3868280	AL SECO P/GATO COELHO 4KG FRISKIES	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	2 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	2 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	4 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	2 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4061833	ABSORVENTE É CNT P/GATO PERFUMADO 5KG/8L	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4306857	AL HUM P/GATO LEITE 200ML*3 WHISKAS	7 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4419415	AL HUM P/CAO TERRINA 300G*3 CONTINENTE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4875041	AL SECO P/CAO ADULT ACTIVE 15KG FRISKIES	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
4951356	AL SECO GATO FRISK CRUNC/TEND SALM 1.5KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
5704472	AL SECO P/CAO 8.4KG PEDIGREE	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6040042	AL HUM CAO CNT JUNIOR PATE PED FRNG 400G	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6040219	AL SECO P/CAO CONTINENTE ALTÁ ENERG 20KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6059623	AL SECO P/CAO CONTINENTE JUNIOR 2KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6075392	AL HUM P/CAO FRISKIES AD FRANGO 4UN*100G	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00
6123394	TRINCA ARROZ P/CAO CONTINENTE 5KG	1 EA	0	0	0.00	6	0.00	0.00
6123394	TRINCA ARROZ P/CAO CONTINENTE 5KG	1 EA	0	0	0.00	6	0.00	0.00
6266295	AL SECO P/CAO 4PET ADULTO COMPLETO 20KG	1 EA	0	0	0.00	23	0.00	0.00

MODELO CONT.HIPERM., SA Sede: RUA JOAO MENDONÇA 505 SENHORA DA HORA 4484-501 SENHORA DA HORA PT-Portugal
Capital Social: EUR 79.990,000 NIPC: PT 622011475 N.º de Matricula CRC PORTO 502011475 SIRPEE: PT000251

NIF do Cliente
Customer Fiscal ID
PT 506321894

Data Document
Document Date
02-03-2018

0Vbd-Processado por programa certificado nº1850/AT
Número de Documento
Document Number

Duplicado
Duplicate

Página
Page

Guia de Transporte
Bill of Lading : VGT 252/1416

2

Outras Informações do Documento

Other Document Information

Relação ao documento
Related Document
SND 252/1248

Ref. Externa
External Reference
704

Código Autorização AT
AT Auth Code
6229473015

Viatura
Vehicle

Recepção
Reception

Transferência
Transfer
704



Expedição
Shipment

Detalhe do IVA

VAT Detail

Base Trib. Before Tax	Taxa Rate	Valor Value
0.00	6	0.00
0.00	23	0.00

Totais do Documento

Document Total

	EUR
Total Desconto Discount Total	0.00
Base Tributável Before Tax	0.00
Total do IVA VAT Total	0.00
Total do Documento Total	0.00

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE:

CANIL MUNI.DE OLHÃO, declara que recebeu da MODELO CONT.HIPERM., SA, no âmbito da sua responsabilidade social, os produtos constantes da presente Guia de Transporte.

Caso esteja em causa a doação de produtos para utilização geral - assinalar a alínea A).

Caso esteja em causa a doação de produtos para utilização por animais - assinalar a alínea B).

1) Mais declara que os produtos, incluídos na(s) Guia(s) de Transporte supra referida(s), cumprem todos os requisitos legais, não colocando em causa a segurança geral nem a saúde dos consumidores, encontrando-se em perfeitas condições de serem utilizados, nomeadamente, dentro do seu período de validade e cumprindo todos os requisitos de rotulagem.

2) Mais declara que os produtos, incluídos na(s) Guia(s) de Transporte supra referidas(s), após análise de Perito, não estão avariados nem são suscetíveis de constituir um perigo para a saúde pública, e que, embora não tendo como destino final o consumo humano, são adequados ao consumo/utilização dos animais a que esta Entidade dá apoio.

Cumprimento da obrigação acessória da entidade beneficiária, declara-se que o valor doado constante nesta guia ascende a 123.6 EUR.

Assinado em sinal de conformidade:

O Representante de CANIL MUNI.DE OLHÃO)

PROPOSTA N.º 67/2018

Proposta de isenção de taxa de emissão de licença especial de ruído.

Solicita a Associação Grupo Motard da Restauração a emissão de licença especial de ruído, a propósito da realização do Convívio Motard, que terá lugar nos dias 12 e 13 de Maio, no Sítio da Queijeira.

Considerando que:

- O exercício de atividades ruidosas temporárias carece de autorização do município mediante a emissão de licença especial de ruído;
- O pedido em apreço foi alvo de apreciação e deferimento;
- Concomitantemente a entidade requerente solicitou a isenção da taxa respetiva;
- Prevê o Regulamento Geral de Taxas do Município de Olhão (RGTMO) que as associações e federações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos podem beneficiar de isenção de pagamentos de taxas municipais por deliberação da Câmara Municipal.

Ao abrigo da alínea c) do n.º 4 do artigo 12.º do RGTMO e com fundamento no disposto no artigo 14.º da mesma norma legal.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Isentar de taxa a emissão de licença especial de ruído requerida pela Associação Grupo Motard da Restauração.
2. Aprovar em minuta a deliberação que recair sobre a presente proposta, nos termos do n.º 3 e para efeitos do n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Olhão, 11 de Abril de 2018

O Vereador

António Humberto Camacho dos Santos

Requerimento

REGISTO N.º	E/6168 / 2018
CLASSIFICAÇÃO	450.10.215
DATA DE REGISTO	2018-04-04
AUTOR DO REGISTO	mfrancisco

Gestão de Espaços Públicos - Eventos
Licença Especial de Ruído

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Olhão

REQUERENTE	
Nome*	Associação Grupo Motard Restauração
Domicílio/Sede	Bairro da Carapinha - Sítio de Marim
N.º	Lote/Andar 1º andar
Freguesia	Olhão - Olhão
Código Postal	8700-221 Localidade OLHÃO
Contacto Telefónico	289704983
Correio Eletrónico	viktorvzr@gmail.com
Caixa Postal Eletrónica (Nome de Utilizador ViaCTT)	
N.º de Identificação Civil*	Válido até*
Tipo de Identificação	
N.º de Identificação Fiscal*	506382621 C
Na qualidade de	
Outro	

REPRESENTANTE	
Nome*	
Domicílio/Sede*	
N.º	Lote/Andar
Freguesia	
Código Postal	Localidade
Telefone*	Telemóvel
Correio Eletrónico	Telefax
Caixa Postal Eletrónica (Nome de Utilizador ViaCTT)	
N.º de Identificação Civil*	Válido até*
Tipo de Identificação	Vitalício
Outro	
N.º de Identificação Fiscal*	
Na qualidade de	
Outro	

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

Solicita que todas as notificações, referentes ao presente pedido, sejam dirigidas para:

Morada do Requerente - Autoriza o envio para a respetiva Caixa Via CTT/Correio eletrónico

Outra morada

N.º

Lote/Andar

Freguesia

Código Postal

Localidade

Telefone

Telemóvel

Telefax

PEDIDO

Vem requerer a V. Ex.ª a Emissão Licença Especial de Ruído para a realização de atividade ruidosa temporária, nos seguintes termos:

TIPO: Outras atividade/eventos

No caso de assinalar obras de construção civil, preencher o n.º de licença:

No caso de assinalar outras atividades/eventos, preencher os seguintes dados:

Nome **Convívio Motard**

Localização **Sítio da Queijeira**

N.º

Lote/Andar

Freguesia

Pechão - Olhão

Código Postal

Localidade

DESCRIÇÃO PORMENORIZADA

Convívio Motard da Associação do Grupo Motard Restauração

ESPAÇO

Em espaço fechado? **Não**

Tipo de espaço:

Área total m2

Proximidade de recetores sensíveis (menor que 100m)?

Não

PERÍODO DA LICENÇA

Data de início	2018-05-12	Data de termo	2018-05-13
Horários	Início às	Termos às	Outro
Dias Úteis			
Sábados	17:00	04:00	
Domingos			
Feriados			

OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade requer a utilização de equipamento (mecânico, elétrico ou de amplificação sonora)?

Sim

Descreva o tipo de equipamento a utilizar:

Colunas para grupo musical

Assinalar a potência sonora:

Inferior a 2 000W

Estão previstas medidas de minimização de ruído?

Não

Quais?

Número estimado de pessoas por dia: Inferior a 1 000 pessoas

FUNDAMENTAÇÃO DO PEDIDO E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

Para o efeito, junta e/ou exhibe os documentos que a seguir se assinalam:

- Certidão do Registo Comercial ou Código de Acesso à Certidão Permanente – Não entregue
- Outros – Balcao 3_20180404_0956522496.pdf
- -

NOTA: O pedido deve ser instruído com os elementos acima indicados, organizados pela ordem supra indicada, numerados e devidamente rubricados.

CÓDIGOS DE ACESSO

Se é Representante e possui Código de Consulta da Procuração Online

Se não anexou a Certidão do Registo Comercial e possui Código da Certidão Permanente

Se pretende indicar Outro Código de Acesso

- De que documentação se trata ?

OBSERVAÇÕES

Requer isenção de taxas por ser uma associação sem fins lucrativos.

O/A subscritor/a, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente documento correspondem à verdade e que tomou conhecimento que cumpre todas as obrigações legais e regulamentares identificadas.

Pede deferimento,

Olhão, 2018-04-04

O/A Requerente - O/A Representante

Assinatura do/a requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar

A PREENCHER NO CASO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Conferi a identificação do/a Requerente/ Representante, através dos documentos de identificação; Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido;

Pago pela fatura n.º

mfrancisco

(O/A Trabalhador/a)

DIRETOR/A DO PROCEDIMENTO

Nome

Contactável pelo telefone **289700100** ou através do correio eletrónico: geral@cm-olhao.pt.



Restauração
Grupo Motard
Olhão Algarve
01.05.01

DECLARAÇÃO

Eu, Vitor Manuel Frade Fernandes, cedo o meu terreno, sítio da Queijeira Pechão -Olhão nos dias 12 e 13 de Maio de 2018 para o convívio motard, da Associação Grupo Motard Restauração.

Olhão, ____ de ____ de ____

Associação
Grupo Motard Restauração
Bairro Carapinha 1.ª Andar - Marim
8700 - 221 Olhão
9109 764 983

Proj. 1:2000
Município de ...

Nº Emissão: 1462-1

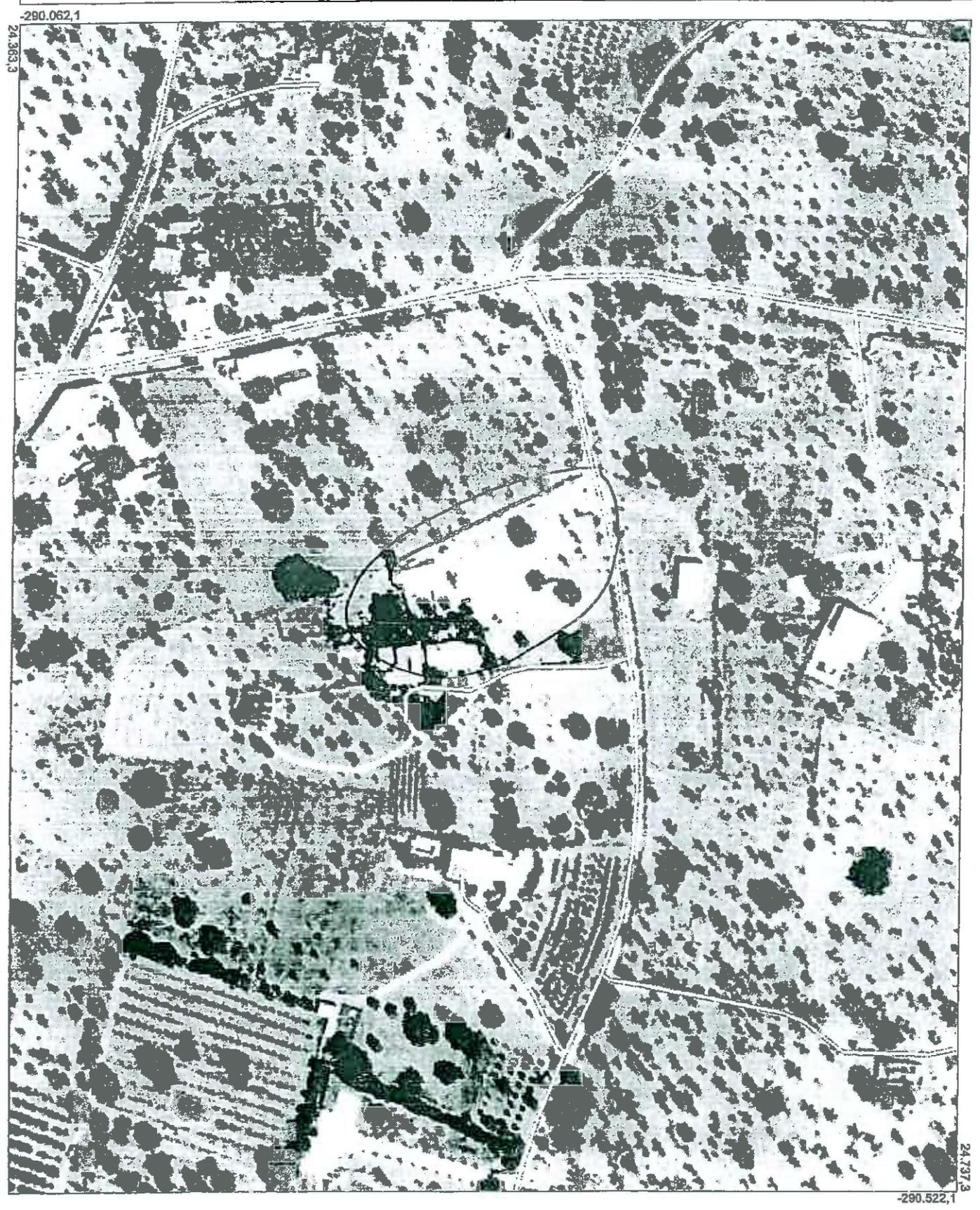
Escala 1:2000



Data: 06-04-2016

Planta de localização - Vitor Manuel Frade Fernandes - Sítio da Quejeira

Coordenadas no sistema Hayford-Gauss, Datum 73, origem no Ponto Central



-290.062,1
24.363,3

24.737,3
-290.522,1



IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 08 - FARO CONCELHO: 10 - OLHÃO FREGUESIA: 04 - PECHÃO

SECÇÃO: H ARTIGO MATRICIAL Nº: 35 ARV:

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

QUEIJEIRA

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1989 Valor Patrimonial Inicial: €839,07

Valor Patrimonial Actual: €839,07 Determinado no ano: 1989

Área Total (ha): 0,480000

PARCELAS

Parcela: 1 Q.C.: AFS - ALFARROBEIRAS Classe: 1ª Percentagem: 0,00% NºArv.Disp: 1

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €6,59

Parcela: 1 Q.C.: AFS - ALFARROBEIRAS Classe: 2ª Percentagem: 0,00% NºArv.Disp: 1

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €6,59

Parcela: 1 Q.C.: AMS - AMENDOEIRAS Classe: 2ª Percentagem: 0,00% NºArv.Disp: 3

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €0,57

Parcela: 1 Q.C.: AMS - AMENDOEIRAS Classe: 3ª Percentagem: 0,00% NºArv.Disp: 2

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €0,19

Parcela: 1 Q.C.: CA - CULTURA ARVENSE Classe: 1ª Percentagem: 0,00%

Área: 0,072000 ha Rendimento Parcial: €1,96

Parcela: 2 Q.C.: AFS - ALFARROBEIRAS Classe: 3ª Percentagem: 0,00% NºArv.Disp: 4

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €6,58

Parcela: 2 Q.C.: OLS - OLIVEIRAS Classe: 1ª Percentagem: 0,00% NºArv.Disp: 1

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €0,81

Parcela: 2 Q.C.: SSCA - CULTURA ARVENSE SOLO SUBJACENTE (SOB COBERTO) Classe: 2ª

Percentagem: 0,00%

Área: 0,000000 ha Rendimento Parcial: €8,68

Parcela: 2 Q.C.: AM - AMENDOAL / POMAR DE AMENDOEIRAS Classe: 2ª Percentagem: 0,00%

Área: 0,408000 ha Rendimento Parcial: €9,16

TITULARES

Identificação fiscal: 199497770 Nome: VITOR MANUEL FRADE FERNANDES

Morada: SÍTIO DA QUEIJEIRA, 434 - B, PECHÃO, QUEIJEIRA, 8700-181 OLHAO

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: ESCRITURA PUBLICA Entidade: 600001059

Proposta n.º 68/2018

Proposta de Criação e Instituição em Concreto do Corpo de Polícia Municipal e Respetivo Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Olhão

Considerando que ao longo dos anos verificaram-se profundas alterações ao ordenamento jurídico que rege a atividade das autarquias locais, quer de âmbito geral, com a reorganização administrativa do território das freguesias, a aprovação do regime jurídico das autarquias locais ou do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), quer a um nível mais específico, no sentido da simplificação de procedimentos, máxime no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e da denominada Lei do Licenciamento Zero.

Atendendo a que com estas reformas assistiu-se a uma mudança de paradigma das relações da Administração Pública com os particulares, em que a estes é tendencialmente concedida maior responsabilidade de atuação centrando-se, em contrapartida, a apreciação da legalidade, pela Administração Local, não a priori mas, cada vez mais, através de uma fiscalização sucessiva, concomitante e a posteriori.

Reconhecendo que com a criação do Corpo da Polícia Municipal de Olhão e sua instituição em concreto, através da concomitante aprovação do seu regulamento e quadro de pessoal, o Município de Olhão passará a dispor de agentes da Polícia Municipal com a missão prioritária de fiscalizar, na vasta área sob sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam as matérias relativas às respetivas atribuições e competências dos seus órgãos.

Recordando que, conforme decorreu da deliberação do órgão executivo de 10 de Janeiro de 2018, foi aprovado o projeto de Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Olhão (ora em anexo) e devidamente tramitada o procedimento administrativo de consulta pública, conforme se pode verificar pela publicação do Aviso n.º 2068/2018 na 2.ª Série, n.º 32, do Diário da República, de 14 de Fevereiro, inexistindo, conforme informado pelos serviços municipais, quaisquer entradas de sugestão ou reclamação no período dos trinta dias estabelecidos para a consulta pública.

E recordando que é da competência exclusiva da Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea w) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, “*deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.*”, sendo igualmente da competência exclusiva deste órgão deliberativo “*aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município*”, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Olhão delibere, ao abrigo do disposto da alínea k) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

- 1- Aprovar a presente proposta e remeter a Criação e Instituição em Concreto do Corpo de Polícia Municipal e Respetivo Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Olhão à Assembleia Municipal, para aprovação final conforme o disposto nas alíneas w) e g) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- 2- Aprovar a presente proposta em minuta nos termos do art.º 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Olhão, 13 de Abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal



(António Miguel Ventura Pina)

**REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DO
SERVIÇO DE
POLÍCIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE OLHÃO**

PREÂMBULO

O Município de Olhão conta com 45.396 habitantes, distribuídos por uma área de território de 126,8 Km², composta por três Freguesias e uma União de Freguesias, dispersas por aquela área e com características diferenciadas entre si.

Considerando que ao longo dos anos verificaram-se profundas alterações ao ordenamento jurídico que rege a atividade das autarquias locais, quer de âmbito geral, com a reorganização administrativa do território das freguesias, a aprovação do regime jurídico das autarquias locais ou do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), quer a um nível mais específico, no sentido da simplificação de procedimentos, máxime no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e da denominada Lei do Licenciamento Zero.

Que com estas reformas assistiu-se a uma mudança de paradigma das relações da Administração Pública com os particulares, em que a estes é tendencialmente concedida maior responsabilidade de atuação centrando-se, em contrapartida, a apreciação da legalidade, pela Administração Local, não a priori mas, cada vez mais, através de uma fiscalização sucessiva, concomitante e a posteriori.

E atendendo a que com a criação da Polícia Municipal de Olhão e concomitante aprovação do seu regulamento e quadro de pessoal, o Município de Olhão passará a dispor de agentes da Polícia Municipal com a missão prioritária de fiscalizar, na vasta área sob sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam as matérias relativas às respetivas atribuições e competências dos seus órgãos.

Nos termos e para os efeitos previstos nos art.ºs 112, n.º 7, 237 e 241 da Constituição da República Portuguesa, no uso das competências conferidas pela alínea o) do n.º 2 do art.º 23 e pelas alíneas g), o), m) e w) do n.º 1 do art.º 25, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento do disposto na Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio, no Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de Outubro, e no Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro, é elaborado o presente Regulamento e respetivos Anexos, dos quais fazem parte integrante.

CAPÍTULO I

OBJETIVOS

Artigo 1.º

Lei Habilitante e Âmbito de Aplicação

O presente regulamento é aprovado nos termos e para os efeitos previstos nos art.ºs 112, n.º 7, 237 e 241 da Constituição da República Portuguesa, no uso das competências conferidas pela alínea o) do n.º 2 do art.º 23 e pelas alíneas g), o), m) e w) do n.º 1 do art.º 25, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento do disposto na Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio, no Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de Outubro, e no Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro, sendo que tem por objeto estabelecer, de acordo com a legislação em vigor, os critérios de organização e funcionamento pelos quais se regerá a Polícia Municipal de Olhão.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIAS DA POLÍCIA MUNICIPAL

Artigo 2.º

Princípio geral

- 1 - Os Agentes de Polícia Municipal gozam de todos os direitos e estão sujeitos aos deveres e incompatibilidades consignados na Constituição e no estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, sem prejuízo do regime próprio previsto no presente regulamento, e no Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro.
- 2 - São agentes de Polícia Municipal todos os que prestam serviço na carreira de polícia municipal.
- 3 - São ainda agentes de Polícia Municipal outros quadros dirigentes, caso existam.

Artigo 3.º

Natureza

- 1 - A Polícia Municipal de Olhão é uma corporação vocacionada para o exercício de funções de polícia administrativa e de natureza civil, cuja estrutura, organização e hierarquia, depende diretamente do Presidente da Câmara Municipal de Olhão, que poderá delegar essa competência num dos seus Vereadores.

2 - No exercício das funções de polícia administrativa, cabe à Polícia Municipal fiscalizar, na área da sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições da autarquia e à competência dos seus órgãos e demais competências que a lei lhe atribua.

3 - A Polícia Municipal de Olhão coopera com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais.

4 - À Polícia Municipal é vedado o exercício das atividades previstas na legislação sobre segurança interna e nas leis orgânicas das forças de segurança, sem prejuízo do disposto no presente regulamento.

Artigo 4.º

Atribuições da Polícia Municipal

1 - A Polícia Municipal de Olhão exerce as suas funções, nomeadamente na matéria de:

- a) Fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais;
- b) Fiscalização do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município;
- c) Aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais.

2 - Exerce ainda funções nos seguintes domínios:

- a) Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas;
- b) Guarda de edifícios e equipamentos municipais;
- c) Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal.

Artigo 5.º

Competências

1 - A Polícia Municipal, no exercício das suas funções, é competente para:

- a) Fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação;
- b) Vigilância nos transportes urbanos locais;
- c) Execução coerciva, nos termos da lei, dos atos administrativos das autoridades municipais;

- d) Adoção das providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública que impliquem restrições à circulação, em coordenação com as forças de segurança competentes, quando necessário;
- e) Detenção e entrega imediata, a autoridade judiciária ou a entidade policial, de suspeitos de crime punível com pena de prisão, em caso de flagrante delito, nos termos da lei processual penal;
- f) Denúncia dos crimes de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e prática dos atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente;
- g) Elaboração de autos de notícia, autos de contraordenação ou transgressão por infrações às normas referidas no artigo anterior;
- h) Elaboração de autos de notícia por acidente de viação, quando o facto não constituir crime;
- i) Elaboração dos autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infrações cuja fiscalização não seja da competência do Município, nos casos em que a lei o imponha ou permita;
- j) Instrução dos processos de contraordenação e de transgressão da respetiva competência;
- k) Ações de polícia ambiental;
- l) Ações de polícia mortuária;
- m) Fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais, e da aplicação das normas legais, designadamente nos domínios de urbanismo, da construção, da defesa e proteção dos recursos cinegéticos, do património cultural, da natureza e do ambiente;
- n) Garantia no cumprimento das leis e regulamentos que envolvam competências municipais de fiscalização.

2 - A Polícia Municipal, por determinação da Câmara de Olhão, promove, por si ou em colaboração com outras entidades, ações de sensibilização e divulgação de matérias de relevante interesse social no Município, designadamente de prevenção rodoviária e ambiental.

3 - A Polícia Municipal de Olhão pode ainda proceder à execução de comunicações e notificações por ordem das autoridades judiciárias, mediante protocolo do Governo com o Município de Olhão.

4 - A Polícia Municipal de Olhão integra, em situação de crise ou de calamidade pública, os serviços municipais de Proteção Civil.

Artigo 6.º

Direitos dos Agentes de Polícia Municipal

1 - Para além dos direitos gerais previstos no n.º 1 do artigo 2.º, são ainda direitos dos agentes de Polícia Municipal:

- a) O direito de acesso e livre-trânsito;
- b) O direito de detenção, uso e porte de arma fora do serviço;
- c) O direito a regime penitenciário especial.

2 - Os direitos acima descritos têm o seu conteúdo material definido no Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro.

Artigo 7.º

Deveres dos Agentes de Polícia Municipal

1 - São deveres dos agentes de Polícia Municipal:

- a) O dever de obediência hierárquica;
- b) O dever de sigilo profissional;
- c) O dever de denúncia;
- d) O dever de uso de uniforme;
- e) O dever de identificação.

2 - Os deveres acima descritos têm o seu conteúdo material definido no Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro.

Artigo 8.º

Normas de conduta

1 - No respeito dos princípios constantes do artigo anterior, no exercício das suas funções e fora delas, os Agentes de Polícia Municipal devem atender às seguintes regras de conduta e relacionamento:

- a) Usar de correção e civismo no trato e na linguagem, procurando auxiliar e proteger os cidadãos, sempre que as circunstâncias o aconselhem ou tal lhe for solicitado, não respondendo a provocações e desacatos;
- b) Manter uma apresentação cuidada e em irrepreensível estado de aseo;

- c) Não comer nem beber em público, enquanto se mantiverem ao serviço, nem fumar enquanto se dirigirem aos cidadãos;
- d) Impedir, no exercício da sua atuação profissional, qualquer prática abusiva, arbitrária ou discriminatória de violência física ou moral.
- e) Esclarecer os cidadãos das causas e finalidades da sua intervenção;
- f) Não se valer dos seus poderes de autoridade, nem da sua hierarquia para obter benefícios ilegítimos ou para coagir subordinados ou o público em geral;
- g) Não utilizar nem permitir a utilização de instalações ou equipamentos afetos à Polícia Municipal em proveito próprio ou para fins estranhos às atribuições próprias;

2 - Nas suas relações com a hierarquia da Polícia Municipal e com os cidadãos, os agentes deverão observar, nomeadamente, as seguintes posturas:

- a) Cumprir com pontualidade, zelo e dedicação os serviços que lhe forem atribuídos;
- b) Zelar pela boa convivência, procurando assegurar a solidariedade e camaradagem entre colegas de serviço;
- c) Informar com verdade e imparcialidade;
- d) Atuar com a decisão necessária e sem demora no exercício das suas funções, quando da sua atuação depender o afastamento de um perigo ou dano grave, imediato e irreparável, em observância dos princípios de oportunidade e proporcionalidade na utilização dos meios disponíveis;
- e) Utilizar as armas somente nas situações em que exista risco grave para a sua integridade física ou de terceiros, para vencer a resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter feito aos resistentes intimação formal de obediência e esgotados que tenham sido quaisquer outros meios para o conseguir.

Artigo 9.º

A continência

1 - A continência, como expressão de respeito e acatamento à Constituição e aos símbolos e instituições nela contidos é também manifesto de respeito e consideração aos superiores hierárquicos, aos seus semelhantes e subordinados, consistindo num ato de educação perante os cidadãos.

2 - Todos os membros da Polícia Municipal de Olhão estão obrigados a efetuar a continência nas situações manifestas neste artigo e subsequentes.

Artigo 10.º

Execução da continência

A continência executa-se de pé, e será iniciada pelo trabalhador de inferior categoria hierárquica e correspondida pelo superior.

1 - A continência deverá ser:

a) Efetuada com um gesto vivo, elevando a mão direita aberta, no prolongamento do antebraço, com os dedos estendidos e unidos de modo que a última falange do indicador vá ficar a tocar no sobrolho direito ou no ponto correspondente da cobertura da cabeça com a palma um pouco inclinada para baixo, o braço sensivelmente horizontal no alinhamento dos ombros;

b) Desfaz-se a continência levando energeticamente o braço ao lado do corpo.

2 - Quando a pé firme (parado), a continência é feita na posição de sentido com a frente voltada para o símbolo ou entidade a quem é dirigida.

3 - Quando em marcha, a continência é feita sem interromper o andamento, mas rodando a cabeça para o respetivo flanco, retomando a posição normal ao desfazer a continência, exceto quanto ao Estandarte Nacional ou ao Presidente da República, casos em que se interrompe o andamento, volve ao respetivo flanco e presta a continência.

4 - Durante a passagem de qualquer força que integre o Estandarte Nacional, o elemento policial volve ao flanco e presta continência.

5 - Se não traz boné toma uma atitude respeitosa, dirigindo natural e francamente a cara para a entidade que recebe o cumprimento.

6 - Se é portador de um objeto na mão direita, passa-o para a mão esquerda e faz a continência.

7 - Os Agentes que conduzam qualquer viatura, ou motociclo não prestam continência.

8 - Nos serviços em que não é utilizado o uniforme, a continência será a referida no número 5.

9 - Em lugares fechados atuar-se-á como está descrito nos números anteriores segundo os casos, devendo levantar-se previamente e fazer de seguida a continência.

Artigo 11.º

Direito à continência

1 - A Bandeira, o Estandarte e o Hino Nacional, como símbolos da pátria, estão acima de toda a hierarquia, sendo que todos os Agentes têm por obrigação fazer-lhes a continência, quando uniformizados, e de se descobrirem e perfilarem, quando em traje civil.

2 - Têm igualmente direito a continência, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, Ministros, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Olhão e seus Vereadores.

Artigo 12.º

Disposições gerais da continência

Antes de entrar em gabinete, deverá solicitar permissão. Se a porta está fechada, abrir-se-á ligeiramente, de uma forma prévia, para que se possa ouvir a sua voz. Tendo permissão para entrar, e antes de qualquer outra intervenção, deverá fazer continência e apresentar-se com o seu nome e categoria, salvo se tiver a absoluta certeza de que é conhecido pela pessoa a quem se dirige. Deve evitar entrar a fumar, a comer, mascar pastilha elástica, etc. Dentro do Gabinete ou dependência deve manter uma postura erguida, evitando o descrito anteriormente, assim como evitar gesticular, apoiar-se na mesa, sentar-se sem permissão e, em geral, qualquer ato que indique abuso de confiança ou falta de educação.

Artigo 13.º

Comunicações ao superior hierárquico

Sem prejuízo das comunicações obrigatórias, o subordinado deve comunicar ao superior hierárquico que dele se aproxima, o estado de desenvolvimento do serviço que desempenha.

Artigo 14.º

Informações à Central de Comunicações do Comando

Para além do atrás exposto, a Central de Comunicações do Comando deverá estar inteirada, de qualquer acontecimento importante que ocorra nos serviços, e deverá dar conhecimento do mesmo, com a brevidade possível, ao seu chefe direto que por sua vez o transmitirá ao Comandante.

Artigo 15.º

Informação aos meios de comunicação social

1 - As informações a prestar aos meios de comunicação social das atuações e/ou temas relacionados com a Polícia Municipal de Olhão, serão canalizados para a Câmara Municipal de Olhão podendo em situações em que os critérios de oportunidade requeiram uma resposta imediata, ser feitas pelo Comandante da Polícia Municipal.

2 - A comunicação com os meios de comunicação social realizar-se-á através do Gabinete de Comunicação do Município.

Artigo 16.º

O cumprimento de atos processuais, judiciais ou outros

O cumprimento de atos processuais, judiciais ou outros, deverá ser antecedido de comunicação ao seu superior hierárquico.

Artigo 17.º

Tratamento de detidos

1 - São aplicáveis ao presente regulamento as normas constantes no Código de Processo Penal e na Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, relativas a detidos.

2 - Os agentes da Polícia Municipal de Olhão velarão pela vida e integridade física das pessoas que detiverem, ou que se encontrem debaixo da sua custódia, com respeito pela honra e dignidade das mesmas.

CAPÍTULO III

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

Artigo 18.º

Âmbito territorial

1 - A Polícia Municipal de Olhão exerce as suas competências na área do Município, constituído por 3 Freguesias e 1 União de Freguesias, numa extensão de 126,8 Km².

2 - Os agentes de polícia municipal não podem atuar fora da área de circunscrição do Município de Olhão.

CAPÍTULO IV
ESTRUTURA ORGÂNICA

Artigo 19.º

Estrutura da Polícia Municipal

- 1 - A Polícia Municipal de Olhão formará um corpo único, onde será integrado todo o pessoal na dependência hierárquica direta do Presidente da Câmara Municipal de Olhão, podendo essa competência ser delegada num dos seus Vereadores.
- 2 - Em caso de ausência do Comandante da Polícia Municipal de Olhão, as funções serão assumidas automaticamente pelo Agente mais graduado.

Artigo 20.º

Organização da Polícia Municipal

- 1 - A organização da estrutura interna da Polícia Municipal de Olhão e as suas alterações são da competência da Assembleia Municipal de Olhão, sob proposta da Câmara Municipal.
- 2 - Em todas as ações ou operações conjuntas, a Polícia Municipal de Olhão atuará em cooperação com as forças de segurança competentes.
- 3 - A estrutura interna e mapa de pessoal da Polícia Municipal de Olhão é a constante do Anexo I ao presente regulamento.

Artigo 21.º

Constituição do Serviço da Polícia Municipal

- 1 - O Corpo da Polícia Municipal é constituído por pessoal uniformizado e pessoal administrativo não uniformizado, nos termos do presente regulamento.
- 2 - A Polícia Municipal de Olhão é constituída por quadros dirigentes e agentes da Polícia Municipal.

Artigo 22.º

Efetivos

- 1 - A Polícia Municipal de Olhão poderá ter o número máximo de efetivos previstos nos números 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de outubro.

2 - De acordo, com as necessidades do serviço e da proporcionalidade entre o número de agentes e o número de cidadãos eleitores a Câmara fixa em doze (12) agentes o Corpo da Polícia Municipal de Olhão.

Artigo 23.º

Ordens e informações

- 1 - A hierarquia do Corpo de Polícia Municipal de Olhão obriga à utilização dos modos regulamentares como meio de transmissão de ordens e informações relativas ao serviço.
- 2 - As ordens que pela sua complexidade o requeiram, serão dadas por escrito, salvo em caso de urgência, que poderão ser dadas verbalmente, sendo reduzidas a escrito com a brevidade possível.

Artigo 24.º

Membros do corpo da Polícia Municipal

Os membros do Corpo da Polícia Municipal são trabalhadores de carreira, e quando em exercício de funções serão, para todos os efeitos, considerados agentes da autoridade.

Artigo 25.º

Funções não específicas

A partir da entrada em vigor do presente regulamento, as funções de apoio administrativo, podem ser desempenhadas por pessoal administrativo não policial.

Artigo 26.º

Desempenho de funções pelo pessoal administrativo não uniformizado

- 1 - O pessoal administrativo não uniformizado, colocado na Polícia Municipal desempenhará as suas funções de acordo com a categoria profissional.
- 2 - Sempre que o pessoal administrativo não uniformizado desempenhe funções de direção tendo na sua dependência pessoal uniformizado, deverá obedecer às ordens daquele.

Artigo 27.º

Funções do Comandante da Polícia Municipal

Ao Comandante da Polícia Municipal de Olhão compete:

- a) Dirigir, coordenar e fiscalizar todos os serviços da Polícia Municipal;

- b) Ditar as ordens e instruções que estime convenientes para o melhor funcionamento dos serviços em causa;
- c) Exercer o comando, sobre todo o pessoal do Corpo, mediante as estruturas hierárquicas estabelecidas;
- d) Promover a ação disciplinar;
- e) Propor à Câmara Municipal de Olhão a atribuição de prémios e recompensas ao pessoal;
- f) Elaborar um relatório anual de atividades e resultados a submeter à apreciação da Câmara Municipal de Olhão;
- g) Representar o Corpo de Polícia Municipal de Olhão perante autoridades e organismos, sem prejuízo da representação que corresponda ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão;
- h) Promover a vigilância dos edifícios Municipais que, por razões especiais, não possa ser garantida por outros meios;
- i) Promover a fiscalização de regulamentos, posturas e outros;
- j) Decidir acerca do apoio a conceder aos serviços municipais no desempenho das funções destes;
- k) Cumprir qualquer outra função que lhe seja atribuída por ordenamento jurídico, ou por determinação do Presidente da Câmara Municipal;
- l) Definir o regime de horários de acordo com as necessidades dos vários serviços.

Artigo 28.º

Quadros dirigentes da Polícia Municipal

1 - Para efeitos do disposto no presente regulamento consideram-se quadros dirigentes da Polícia Municipal o Comandante da Polícia Municipal - cargo de direção intermédia de 2.º grau.

2 - As funções do pessoal constante no número anterior são as previstas na legislação para o pessoal dirigente da Administração Local e nos critérios aprovados pela Assembleia Municipal relativamente aos cargos de direção intermédia de 2.º grau.

Artigo 29.º

Composição do pessoal da Polícia Municipal de Olhão

1 - O pessoal da Polícia Municipal de Olhão é composto por:

- a) Pessoal Uniformizado, que se destina ao exercício de funções de Polícia;

- b) Pessoal não Uniformizado, que se destina a funções de apoio à atividade policial.
- 2 - Na estruturação do mapa do pessoal serão observadas as disposições legalmente aplicáveis.

Artigo 30.º

Distribuição do pessoal

A distribuição do pessoal no âmbito de cada unidade orgânica é da competência do respetivo comandante.

Artigo 31.º

Mobilidade

Os agentes do Serviço de Polícia Municipal podem ser sujeitos a mobilidade nos termos do regime geral da mobilidade dos trabalhadores em funções públicas.

Artigo 32.º

Pessoal em regime de comissão de serviço

O pessoal a prestar serviço em regime de comissão de serviço nas polícias municipais mantém os direitos e as regalias que detêm nos serviços de origem relativos à contagem e aumento de tempo de serviço e ao regime de segurança e apoio social.

Artigo 33.º

Regime disciplinar

- 1 - Ao pessoal da polícia municipal é aplicável o Regime Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas.
- 2 - O Regime disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas é ainda aplicável ao pessoal e outros serviços que desempenhe funções de comando ou direção nas polícias municipais, por conveniência para o interesse público, ou que ali se encontre em comissão de serviço, salvo se houver lugar à aplicação de regime disciplinar especial ao abrigo do estatuto do lugar de origem.
- 3 - As multas aplicadas na sequência de procedimento disciplinar constituem receita do Município respetivo.

Artigo 34.º

A formação profissional e o aperfeiçoamento

Aos agentes do Serviço de Polícia Municipal de Olhão é aplicável o regime de recrutamento e formação previsto na Portaria n.º 247-A/2000, de 8 de maio e Portaria n.º 247-B/2000, de 8 de maio.

Artigo 35.º

Os cursos de formação inicial e contínua

Os cursos visam a formação inicial e contínua, respetivamente, dos estagiários e trabalhadores dos serviços de Polícia Municipal, numa perspetiva interdisciplinar, orientada para a aquisição dos conhecimentos e para o desenvolvimento das capacidades requeridas no exercício das competências dos agentes, nesta área específica das atribuições municipais.

Artigo 36.º

Ações de formação

Para além da formação prevista no artigo anterior a Câmara Municipal promoverá ações de formação adequadas ao bom desempenho da atividade da Polícia Municipal de Olhão.

Artigo 37.º

Horário

- 1 - O horário comum de serviço será fixado pelo Regulamento do Horário.
- 2 - Este horário poderá ser alargado por razões de serviço e mediante a correspondente retribuição ou compensação.

Artigo 38.º

Turnos de serviço

Em cada subunidade orgânica da Polícia Municipal de Olhão estabelecer-se-ão um, dois, três ou quatro turnos, com igual critério e segundo as necessidades de serviço.

Artigo 39.º

Horário noturno e trabalho suplementar

- 1 - Sempre que o horário diário de trabalho coincida, no todo ou em parte, com o período de trabalho noturno, a remuneração respectiva é acrescida nos termos da lei.
- 2 - As situações de trabalho suplementar e a prestação de trabalho em dias de descanso semanal e descanso complementar, bem como nos dias feriados, são igualmente remunerados nos termos da lei.

Artigo 40.º

A duração semanal de trabalho

Com o objetivo de cumprir com a necessária permanência no serviço, e tendo em conta as particularidades de cada Unidade e sua incidência no mesmo, estabelece-se o seguinte:

- a) A duração semanal de trabalho do pessoal da carreira de polícia municipal é a prevista para os trabalhadores em Funções Públicas.
- b) São considerados dias normais de trabalho todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.
- c) As situações de trabalho suplementar, de descanso semanal e descanso complementar, bem como a fixação da modalidade de horário, serão definidas na programação de serviço a estabelecer mensalmente pelas unidades orgânicas de Polícia Municipal, devendo, pelo menos uma vez por mês, fazer coincidir aqueles dias de descanso com o sábado e o domingo.
- d) A programação a que se refere o número anterior pode ser alterada, devendo ser comunicada aos interessados com a antecedência mínima de uma semana, salvo casos excepcionais, em que a referida comunicação poderá ser feita com a antecedência mínima de 48 horas.

Artigo 41.º

Horário de trabalho em cada unidade

Em cada subunidade serão definidos horários de trabalho que se considerem oportunos para o melhor resultado do serviço.

Artigo 42.º

Disponibilidade de serviço

Sem prejuízo do regime normal de trabalho definido neste regulamento, o pessoal do Corpo da Polícia Municipal não pode recusar-se, sem motivo justificativo, a comparecer no seu posto de trabalho ou a nele permanecer para além desse período.

CAPÍTULO V EQUIPAMENTO

Artigo 43.º

Equipamento

O equipamento de cada Agente de Polícia Municipal está definido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro, e no artigo 11.º da Portaria n.º 304-A/2015, de 22 de setembro.

Artigo 44.º

Uso e porte de arma

- 1 - Os Agentes de Polícia Municipal podem, quando em serviço, deter e usar a arma de fogo a disponibilizar pelo Município, e nas condições definidas no Regime Jurídico das Armas e Munições.
- 2 - O calibre das armas a disponibilizar nos termos do número anterior não pode ser igual ou superior ao das forças de segurança.
- 3 - O recurso a arma de fogo só é permitida em caso de absoluta necessidade, como medida extrema, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes, e desde que proporcionado às circunstâncias.
- 4 - Em tal caso, o Agente de Polícia Municipal deve esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos, respeitando e preservando a vida humana.
- 5 - Ficará proibido aos Agentes da Polícia Municipal o uso ou porte de quaisquer dos equipamentos constantes na Portaria n.º 304-A/2015, de 22 de setembro, fora do exercício das suas funções.

Artigo 45.º

Provas psicotécnicas para posse de arma

- 1 - O pessoal a que tenha sido atribuído armamento, além de efetuar as práticas periódicas de tiro e manejo, deverá submeter-se a provas psicotécnicas que a Câmara estabeleça, com o fim de determinar a conveniência ou não de continuarem na posse de arma.
- 2 - A periodicidade geral ou individual das provas será determinada, por proposta dos serviços médicos, ao serviço da Câmara.

Artigo 46.º

Exceção ao uso de arma

- 1 - Em casos excepcionais, em que a posse de arma possa constituir perigo para o agente ou para terceiros, poderá o Comandante ordenar a imediata entrega da arma no armeiro.
- 2 - Da ocorrência será lavrado auto, que depois de fundamentado será enviado ao Presidente da Câmara de Olhão para ulterior avaliação.

Artigo 47.º

Recurso a arma de fogo

- 1 - Nos termos do disposto no artigo anterior, só é permitido o recurso a arma de fogo contra pessoas, quando a respetiva finalidade não possa ser alcançada através do recurso a meios menos gravosos e, cumulativamente, se verifique uma das circunstâncias a seguir taxativamente enumeradas:
 - a) Para repelir a agressão atual ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa à integridade física;
 - b) Para prevenir a prática de crime particularmente grave que ameace vidas humanas;
 - c) Para proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça ou para impedir a sua fuga.
- 2 - Ninguém pode ser objeto de intimidação através de tiro de arma de fogo.

Artigo 48.º

Advertência

- 1 - O recurso a arma de fogo deve ser precedido de advertência claramente perceptível, sempre que a natureza do serviço e as circunstâncias o permitam.

2 - A advertência pode consistir em tiro para o ar, desde que seja de supor que ninguém venha a ser atingido, e que a intimação ou advertência prévia possa ser clara e imediatamente perceptível.

3 - Contra um ajuntamento de pessoas a advertência deve ser repetida.

Artigo 49.º

Comandante da força

O recurso a arma de fogo é efetuado de acordo com as ordens ou instruções de quem comandar a respetiva força, salvo se o agente se encontrar isolado, ou perante circunstâncias absolutamente impeditivas de aguardar por aquelas ordens ou instruções.

Artigo 50.º

Obrigação de socorro

O agente que tenha recorrido a arma de fogo é obrigado a socorrer ou tomar medidas de socorro dos feridos logo que lhe seja possível.

Artigo 51.º

Dever de relato

O recurso a arma de fogo é imediatamente comunicado aos superiores hierárquicos, comunicação sucedida, no mais curto prazo possível, de um relato escrito, se não tiver sido desde logo utilizada essa via.

Artigo 52.º

Armas em reparação ou em depósito

Todas as armas não distribuídas que esteja em reparação ou se encontrem em depósito devem estar no armeiro, guardadas em caixas de segurança, inventariadas e sob a supervisão do pessoal encarregado do armamento.

Artigo 53.º

Organização do ficheiro de armas

Sob o controlo do Comandante da Polícia Municipal de Olhão ou do responsável pelo serviço de armas, com poderes delegados, será organizado um ficheiro onde constará um registo identificativo das armas de defesa e dos respetivos utilizadores.

Artigo 54.º

Anomalias nas armas

Ao serem observadas anomalias ou defeitos no funcionamento da arma, o titular da mesma comunicará tal circunstância à sua chefia direta, fazendo a entrega imediata da arma ao armeiro, mediante guia de entrega, abstendo-se de manipular ou de efetuar tentativas de reparação.

Artigo 55.º

Obrigatoriedade de práticas de tiro

1 - Pelo menos uma vez por ano realizar-se-ão, com caráter obrigatório e em horário de serviço, práticas de tiro em locais destinados a tal fim, com as medidas de segurança estabelecidas na legislação vigente.

2 - As práticas de tiro serão planeadas e orientadas por instrutor ou instrutores de tiro, designados para o efeito, conforme definido na lei.

Artigo 56.º

Poderes de autoridade

1 - Quem faltar à obediência devida a ordem ou mandato legítimos que tenham sido regularmente comunicados e emanados de Agente de Polícia Municipal será punido com a pena prevista para o crime de desobediência.

2 - Quando necessário ao exercício das suas funções de fiscalização ou para a elaboração dos autos da sua competência, os Agentes da Polícia Municipal podem identificar os infratores, bem como solicitar a apresentação de documentos de identificação necessários à ação de fiscalização, nos termos da lei.

Artigo 57.º

Meios de comunicação

1 - No exercício das suas funções, os agentes de polícia municipal utilizam equipamento de telefonia celular de uso autorizado nos termos gerais, podendo também usar equipamento especial de transmissão e de receção para comunicação, autorizado por despacho do membro do governo responsável pela área de administração interna.

2 - Os agentes de polícia municipal podem ainda usar outros meios de comunicação eletrónica para acesso à informação necessária à prossecução das respetivas missões,

incluindo os do sistema integrado das redes de emergência e segurança de Portugal, nas condições contratuais aplicáveis.

Artigo 58.º

Regras de utilização da comunicação via rádio

- 1 - No exercício das suas funções, os Agentes da Polícia Municipal deverão respeitar o silêncio via rádio, sendo apenas permitidas comunicações de serviço.
- 2 - As mensagens deverão ser rápidas, curtas e expressas de forma clara, utilizando sempre a linguagem de código e de transmissão, a regulamentar.

Artigo 59.º

Tipos de veículos

O Município porá à disposição do Corpo da Polícia Municipal de Olhão veículos de duas ou quatro rodas assim como outros veículos necessários para a eficaz prestação dos serviços.

Artigo 60.º

Regras na condução das viaturas

Na condução das viaturas, os Agentes de Polícia Municipal deverão observar as normas do Código da Estrada, designadamente quanto aos limites de velocidade e uso de sinais sonoros e luminosos.

Artigo 61.º

Registo informático de utilização dos veículos

Cada veículo terá um Registo informático de utilização no qual deve constar:

- a) O condutor que o utiliza;
- b) A quilometragem registada no conta-quilómetros, antes e após o serviço efetuado.

Artigo 62.º

Controlo dos registos de utilização

Compete ao Comandante da Polícia Municipal de Olhão estabelecer o controlo dos veículos através do Registo informático de utilização.

Artigo 63.º

Conservação do equipamento

- 1 - Todo o Equipamento ao serviço da Polícia Municipal deverá ser utilizado com o máximo de zelo de forma a evitar o seu extravio ou danificação.
- 2 - A cada Agente da Polícia Municipal compete a manutenção em bom estado de todos os equipamentos que lhe estiverem confiados, sendo obrigatório incluir no relatório diário a deterioração ou mau funcionamento de qualquer um deles, assim como a causa que lhe deu origem.

CAPÍTULO VI DISTINTIVOS HERÁLDICOS

Artigo 64.º

Tipos de distintivos

Existem dois tipos de distintivos:

- a) De identificação profissional ou de posto;
- b) De identificação de veículos.

Artigo 65.º

Identificação

- 1 - Os Agentes de Polícia Municipal consideram-se identificados quando devidamente uniformizados.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os Agentes de Polícia Municipal devem exibir prontamente o cartão de identificação pessoal, sempre que isso seja solicitado ou as circunstâncias do serviço exijam, para certificar a sua qualidade.
- 3 - Os distintivos heráldicos e gráficos próprios da Polícia Municipal a exibir nos uniformes, e nas viaturas têm por finalidade a identificação externa dos membros do Corpo de Polícia Municipal, conforme definidos no Anexo II ao presente Regulamento.

Artigo 66.º

Uniforme, distintivos heráldicos e gráficos

- 1 - É da responsabilidade do Município o fornecimento e substituição dos uniformes e seus componentes, bem como o suporte dos seus custos.

2 - Os encargos resultantes da alteração do fardamento serão suportados pelo Município.

3 - Os modelos e as regras de uniforme, distintivos heráldicos e gráficos serão os aprovados pela Portaria n.º 304-A/2015, de 22 de setembro, sendo proibida a inclusão de aditamentos ou modificações.

4 - Os membros da Polícia Municipal de Olhão terão de manter em bom estado de conservação, cuidado e limpeza, o vestuário, equipamento e armamento, zelando pela sua adequada conservação, sendo individualmente responsáveis pelo seu estado.

5 - O fornecimento e substituição das peças encontra-se estipulado no Anexo VI e no n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 304-A/2015, de 22 de setembro.

Artigo 67.º

Danos no vestuário ou equipamento

Nos casos de perda, roubo ou deterioração prematura de algum componente do vestuário ou equipamento, ou outros bens municipais a seu cargo, o titular deverá dar conhecimento imediato ao seu chefe direto, que por escrito dará conhecimento ao Comandante cabendo a este, por sua vez, propor ao Presidente do Município a abertura de processo de averiguações, sem prejuízo da reposição imediata do objeto ou peças pelo serviço correspondente, por forma a garantir a continuidade do trabalho nas devidas condições.

Artigo 68.º

Aspeto pessoal dos agentes

1 - Os agentes do sexo masculino, quando em serviço, devem cuidar do seu aspeto pessoal, usar cabelo curto, sem uso de adornos, que pela sua forma ou tamanho possam ser obstáculo à prestação do serviço ou constituir um risco físico para as pessoas, ou ainda, seja contrários aos padrões culturais dominantes.

2 - Os agentes do sexo feminino, quando em serviço, devem usar o cabelo apanhado e devidamente cuidado, podendo usar adornos excetuando os que pela sua forma ou tamanho possam constituir obstáculo à prestação do serviço ou risco físico para as pessoas, ou ainda, sejam contrários aos padrões culturais dominantes.

Artigo 69.º

Troca de uniforme entre estações do ano

- 1 - A troca de uniforme entre estações do ano será determinada pelo Comandante, tendo em consideração as condições climatéricas do momento.
- 2 - Em qualquer caso o pessoal de serviço externo utilizará o mesmo tipo de uniforme.

Artigo 70.º

Fiscalização do uso do uniforme

- 1 - Todas as Chefias do Corpo de Polícia zelarão pelo correto uso do uniforme dos subordinados.
- 2 - Compete ao Comandante a revista geral de todo o pessoal e a determinação de outras formas de verificação do disposto no presente artigo.

Artigo 71.º

Atribuição de medalhas

A atribuição de medalhas aos Agentes e demais pessoal da Polícia Municipal rege-se pelo disposto no Regulamento de Medalhas da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

CARATERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Artigo 72.º

Caraterização das instalações

- 1 - A Polícia Municipal de Olhão dispõe de instalações próprias, localizadas no edifício municipal denominado “Quartel do Bombeiros Municipais”, sito na cidade de Olhão.
- 2 - As instalações da Polícia Municipal dispõem de um armeiro para o depósito das armas ao dispor da Corporação.

CAPÍTULO VIII

NORMAS TRANSITÓRIAS

Artigo 73.º

Despistagem do consumo de substâncias aditivas

O pessoal do corpo de Polícia Municipal poderá ser submetido a teste de despistagem de consumo de substâncias aditivas com carácter periódico e aleatório e sempre que as circunstâncias o aconselhem, por determinação do Comandante da Polícia Municipal, nos termos do regulamento interno e observados os limites legais.

Artigo 74.º

A aplicação e implementação do presente Regulamento

A Câmara Municipal de Olhão promove a aplicação e implementação do presente Regulamento a partir da sua entrada em vigor.

Artigo 75.º

Enquadramento legal e casos omissos

1 - As referências efetuadas no presente Regulamento para os diversos diplomas legais, serão consideradas automaticamente feitas para a legislação em vigor, em caso de alteração ou revogação destes.

2 - Aos casos não previstos no presente Regulamento, aplica-se a legislação em vigor em matéria de organização e funcionamento da Polícia Municipal.

Artigo 76.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de cinco dias a contar da data da publicação no Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros que o ratificar.

ANEXO I

ORGANIGRAMA DA POLÍCIA MUNICIPAL DE OLHÃO



MAPA DE PESSOAL DA POLÍCIA MUNICIPAL DE OLHÃO

(Pessoal Policial e Pessoal não Policial)

Mapa de Pessoal da Polícia Municipal de Olhão (Cargo/Carreira/Categoria)		
Pessoal Policial	Comandante	1
	Agente	12
Pessoal não Policial	Técnico Superior	1
	Assistente Técnico	2

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO HERÁLDICA DA POLÍCIA MUNICIPAL DE OLHÃO



- Crachá de peito: Assume um formato oval de 5,5cm de largura e 7,5 cm de altura, onde a fundo preto com raiado cinzento se enquadra o brasão da cidade de Olhão, (Verde Garrafa, com uma embarcação de branco e ouro sustendo superiormente um báculo do mesmo metal. Em contrachefe um rio ondado de prata aguado de verde. Coroa mural de cinco torres. Listel branco com os dizeres a negro "OLHÃO"), possuindo no topo a inscrição Policia Municipal a preto sob um fundo branco.
- Crachá de boné: As mesmas indicações que o crachá de peito com as devidas adaptações de tamanho de acordo com a peça de uniforme



- Emblema de braço: Assume um formato de um trapézio com as bordas arredondadas com o brasão da cidade de Olhão ao centro e no topo a inscrição Policia Municipal a branco sob um fundo preto.
- Placa com a identificação: assume uma forma retangular com cerca de 6cm de largura e 1,5 cm de altura, de fundo cinzento e letras pretas, com a inscrição Ag. seguida do primeiro e último nome de cada elemento.
- O crachá e cartão de identificação, as divisas e o modelo de caracterização das viaturas encontram - se definidos na Portaria nº 304-A/2015, devendo a estes ser acrescentado o brasão da cidade de Olhão, conforme descrito em cima.

ANEXO III

NOTA JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA

(Art.º 99 do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro)

O presente documento de fundamentação do valor da taxa associada à presente matéria remete para o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Olhão onde se encontra realizada a necessária ponderação dos custos e benefícios inerentes à mesma.

Proposta n.º 77/2018

Convocação de Assembleia Municipal Extraordinária

Considerando a necessária celeridade na aprovação da criação e instituição em concreto do Corpo de Polícia Municipal, bem como do Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Olhão.

Atendendo à necessidade de aprovação dos contratos-programa a celebrar com a Fesnima, E.M., à apreciação e aprovação do Procedimento de Hasta Pública para Alienação do Lote Três do Loteamento Municipal, Sítio de Brancanes, denominado Porto de Recreio de Olhão, da aquisição de imóvel da CDH para construção a custos controlados e da aquisição de imóvel da Acaso para a construção de um parque de estacionamento.

E verificando que uma 2.ª Revisão ao Orçamento e às GOPs carece da necessária celeridade procedimental que permita enquadramento às operações que se demonstrem adequadas ao interesse público.

Tenho desta forma a honra de propor que a Câmara Municipal de Olhão delibere, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 28 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Olhão, a convocação de uma Assembleia Municipal Extraordinária, que deverá ser marcada para dia 7 de Maio, nos termos do art.º 14 do Regimento da Assembleia Municipal de Olhão, fazendo parte da sua ordem do dia os pontos abaixo melhor descritos.

Período da Ordem do Dia:

1. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 68/2018, da Criação e instituição em concreto do Corpo de Polícia Municipal e respetivo Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Olhão;
2. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 78/2018, da Celebração de Contrato-Programa “*Festas da Cidade 2018*” com a Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão, E.M.;
3. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 79/2018, da Celebração de Contrato-Programa de “*Gestão e Dinamização do Caíque Bom Sucesso 2018*” com a FESNIMA, Empresa Pública de Animação de Olhão, E.M.;
4. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 80/2018, da Celebração de Contrato-Programa “*Gestão, Programação e Funcionamento do Edifício do Auditório Municipal 2018*” com a FESNIMA, Empresa Pública de Animação de Olhão, E.M.;
5. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 81/2018, do Procedimento de Hasta Pública para Alienação do Lote Três do Loteamento Municipal, Sítio de Brancanes, denominado Porto de Recreio de Olhão;
6. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 82/2018, da Aquisição de Imóvel da CDH para Construção a Custos Controlados;
7. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 83/2018, da Aquisição de Imóvel da Acaso para Construção de Parque de Estacionamento;
8. Aprovação, em conformidade com a Proposta n.º 84/2018, da 2.ª Revisão ao Orçamento e às GOPs;

Olhão, 18 de Abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal



(António Miguel Ventura Pina)

Exmo. Senhor Presidente
Câmara Municipal de Olhão
Largo Sebastião Martins Mestre
8700 - 349 Olhão

SAI/AMAL/136/2017

Data: 27/11/2017

Assunto: Contribuições financeiras para o ano de 2018

Venho por este meio enviar a V. Ex.^a cópia das propostas n.º 50/CI/2017 e n.º 51/CI/2017, aprovadas pelo Conselho Intermunicipal na reunião de 24.11.2017, as quais fixam o valor das contribuições financeiras a pagar à AMAL em 2018, de forma a que estas sejam consideradas no orçamento do município para 2018.

Com os melhores cumprimentos,

Em Suplência do Primeiro-Secretário

(n.º 2 do artigo 42.º do CPA)



João Graça

(Diretor de Departamento - Planeamento Estratégico, Assessoria Técnica e projetos)

SM/..

PROPOSTA N.º 50/CI/2017

FIXAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS PARA A AMAL

Considerando que:

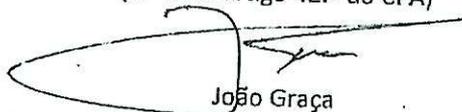
- a) Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os recursos financeiros da AMAL compreendem, entre outros, as contribuições financeiras dos Municípios que a integram;
- b) A contribuição financeira dos Municípios que constituem a AMAL, no valor de 1.910 €, tem caráter mensal e mantém-se inalterável desde 2008.

Nestes termos, proponho que:

- I. A contribuição financeira mensal de cada um dos Municípios que integram a AMAL seja atualizada de acordo com a taxa de inflação, passando para os 2.175 €;
- II. No sentido de se agilizar o processo de cobrança das comparticipações, sugere-se que o pagamento das mesmas seja efetuado através de transferência bancária, para a conta identificada pelo NIB 0010 0000 01127010101 57.

Faro, 20 de novembro de 2017

Em Suplência do Primeiro-Secretário
(n.º 2 do artigo 42.º do CPA)



João Graça

(Diretor de Departamento - Planeamento Estratégico, Assessoria Técnica e Projetos)

Atualização das Quotas dos Municípios

Ano	Taxa de infração	Actualização	Quota
2007	2,50%	1 904,49 €	1 910,00 €
2008	2,60%	1 959,66 €	
2009	-0,80%	1 943,98 €	
2010	0,70%	1 957,59 €	
2011	3,70%	2 030,02 €	
2012	2,80%	2 086,86 €	
2013	0,30%	2 093,12 €	
2014	-0,30%	2 086,84 €	
2015	0,50%	2 097,28 €	
2016	0,60%	2 109,86 €	
2017*	1,60%	2 143,62 €	
2018*	1,50%	2 175,77 €	2 175,00 €

* Taxa de inflação prevista nas projeções de outubro 2017 do BP

Município de Olhão
Ficha do Compromisso

OUTROS: 571/3MGD/2018

Serviço Requiritante: 95 Documento Interno

Cabimento prévio: DESP.: 571/3MGD/2018

Entidade: 571 AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve

NIF: 502971096

Orgânica: 0103 Câmara Municipal

Económica: 06020305 Outras

GOP:

N.Seq.: 15005

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
10/01/2018	813	26 100,00				26 100,00		